

Notícias da Habitação

Assessoria de Imprensa • Secretaria Municipal de Habitação • 8 de agosto de 2007 nº10

Fiscalização Contru e ANP: postos interditados por região

Confira as regiões onde os postos foram interditados. A relação completa você encontra no site da Prefeitura: www.prefeitura.sp.gov.br/habitacao



Secretaria de Habitação dá novo impulso ao Programa de Regularização Fundiária

O trabalho de Regularização Urbanística e Fundiária, empreendido pela Superintendência de Habitação Popular – Habi ganha novo impulso em sua segunda fase de implantação, quando as divisões regionais entram em contato direto com as famílias para apresentação do programa e calendário das ações. Como se sabe, São Paulo tem grande parte de seu território ocupada de forma irregular por famílias de baixa renda, e a maior reivindicação delas é o reconhecimento e legalização dessas áreas. Trata-se de ação complexa e fundamental para dar a essas famílias a condição básica de cidadãos. Com sua área regularizada, a família passa a ser "reconhecida" pelo Município, com endereço, direitos e deveres em relação à cidade. O programa atua apenas em áreas públicas e atende nesta fase, preferencialmente, aquelas que já estão consolidadas. Entre outros benefícios, a regularização facilita o acesso aos serviços públicos como o uso da água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo e correio. O instrumento legal usado pelo programa é a concessão de uso especial para fins de moradia. Estabelecida em 2001 pela Medida Provisória 2.220, a concessão dá o benefício da regularização àquele morador cuja ocupação seja anterior a 30 de junho de 1996. A coordenadora do programa, Ana Paula Bruno, explica.

Nesta fase, quantas novas áreas serão atendidas pelo programa e quantas famílias serão beneficiadas?

São 90 áreas selecionadas para integrar a 2ª fase do Programa, das quais 33 pertencem à região administrada por Habi Norte, 16 por Habi Leste, 31 por Habi Sul, 3 por Habi Centro e 10 por Habi Sudeste. Estima-se que 28 mil famílias sejam beneficiadas.

Quais os critérios para escolha das áreas que serão regularizadas e como é a participação da comunidade neste processo?

Os critérios são as ocupações consolidadas que não apresentem situações de risco classificado como alto ou muito-alto, que não sejam sujeitas a enchentes, não estejam inseridas em Área de Proteção de Mananciais, devem estar demarcadas ou indicadas para demarcação como ZEIS na revisão do Plano Diretor Estratégico, devem ter perímetro de fácil definição e alguma organização comunitária. As comunidades participam desde a indicação das áreas até a sua conclusão. As Habis Regionais fazem um trabalho intenso de mobilização por meio de reuniões locais, que incluem também representantes das Subprefeituras envolvidas.

Prefeitura fará praça no local do acidente aéreo

No último domingo, o prédio da TAM atingido pelo acidente aéreo, foi implodido. Todo quarteirão, além do prédio e outros quatro imóveis que não pertencem à TAM, será declarado de utilidade pública. A empresa aérea irá doar à Prefeitura de São Paulo 8.500 metros quadrados onde será construída uma grande praça em homenagem às vítimas da tragédia. O prefeito Gilberto Kassab anunciou a criação de uma comissão composta pelos secretários do Verde e Meio Ambiente, da Coordenação das Subprefeituras e da Cultura para elaborar o projeto da nova praça. Assim que a doação dos terrenos estiver formalizada, a Prefeitura irá retirá-los do decreto de desapropriação.



Cadastramento dos candidatos ao novo Conselho está pronto

Na última quarta-feira, dia 01, a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação concluiu os trabalhos de cadastramento dos representantes das entidades comunitárias, das organizações populares e da sociedade civil que concorrerão às 32 cadeiras no Conselho, para o biênio 2007-2009. A lista completa foi publicada no Diário Oficial do Município, na edição do dia 1º de agosto. O CMH tem representatividade de todos os segmentos que atuam na área de habitação. Sua atuação assegura o aspecto democrático da política de produção de moradia popular, pois possui poder de fiscalizar e decidir sobre os seus rumos.

